

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

REQUERIMENTO N^o , DE 2006 **(Do Sr. Carlos Alberto Leréia)**

Requer a realização de Audiência Pública para debater o Plano Decenal de Expansão de Energia Elétrica 2006-2015.

Senhor Presidente:

Requeiro, com fundamento nos arts. 255 e 256 do Regimento Interno, que ouvido o Plenário desta Comissão, sejam convidados a comparecer a este órgão técnico, em reunião de audiência pública, para debater o Plano Decenal de Expansão de Energia Elétrica 2006-2015, os Senhores:

1. Silas Rondeau Cavalcante Silva, Ministro das Minas e Energia;
2. Maurício Tiomno Tolmasquim, Presidente da Empresa de Pesquisa Energética – EPE;
3. Claudio J. D. Sales, Presidente do Instituto Acende Brasil;
4. Luiz Carlos Guimarães, Presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – Abradee;
5. Luiz Fernando Leone Vianna, Presidente do Conselho de Administração da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica – Apine;
6. Jerson Kelman, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel;

7. Aloísio Marcos Vasconcelos Novais, Presidente das Centrais Elétricas Brasileiras S/A – Eletrobrás;

JUSTIFICAÇÃO

Ao tornar pública e colocar em audiência pública a minuta do Plano Decenal de Expansão de Energia Elétrica 2006-2015 (PDEE 2006-2015) o MME retomou, de fato, a prática efetiva do planejamento do setor elétrico, como função de governo.

Documento tradicional do setor elétrico nacional, outrora editado anualmente, o último Plano Decenal editado e aprovado referia-se ao período 2001-2010, tendo sido aprovado, com significativo atraso, por intermédio da Portaria MME nº 212, de 5 de junho de 2002.

Posteriormente, em 7 de novembro de 2002, o Comitê Coordenador do Planejamento da Expansão dos Sistemas Elétricos – CCPE apresentou os principais resultados do Plano Decenal 2002-2011, que pretendia ser uma atualização do Plano 2001-2010. Concluído, em sua versão final, em abril de 2002, não há nenhuma Portaria do MME referendando este documento.

Em 19 de dezembro de 2003, o CCPE apresentou os principais resultados do Plano Decenal 2003-2012, buscando ajustar o calendário de lançamento dos planos decenais, que foi prejudicado em 2001 em razão do racionamento ocorrido entre junho de 2001 e fevereiro de 2002. Não obstante, este documento também não foi aprovado por qualquer portaria do MME.

Finalmente, o atual governo, após três anos sem editar o documento básico do planejamento do setor elétrico nacional, editou e colocou

em audiência pública, no período de 17 de março a 28 de abril de 2006, o Plano Decenal de Expansão de Energia Elétrica 2006-2015.

Tendo em vista o esgotamento do prazo da audiência pública relativa ao novo Plano Decenal e a ocorrência de eventos de significativa relevância para o setor elétrico nacional, tais como a crise do gás natural com a Bolívia, que individualmente ou em conjunto podem levar a significativas alterações nas premissas empregadas na elaboração do documento, o que, em última instância, afetar a sua validade, julgamos imprescindível realizar uma audiência pública, neste órgão técnico para avaliar o Plano Decenal de Expansão de Energia Elétrica 2006-2015

De forma a permitir que os parlamentares da CME formem uma opinião consistente sobre o tema, além das entidades do governo diretamente envolvidas na elaboração do documento, ou seja, do MME e da EPE, na audiência, deverão ser ouvidos representantes dos agentes dos setores de geração, de transmissão, de distribuição e de comercialização de energia elétrica, assim como representantes do segmento de consumo de energia elétrica e da academia,.

Assim sendo, além de representantes do MME, da EPE, da Aneel e da Eletrobrás, relacionamos para que sejam convidados a participar do evento representantes das seguintes entidades:

- O Instituto Acende Brasil, que representa os 15 maiores investidores privados, responsáveis por 66% da distribuição e 28% da geração de energia no país, com investimentos no setor elétrico brasileiro, a partir de 1996, de aproximadamente R\$ 135 bilhões (cento e trinta e cinco bilhões de reais). A entidade é integrada por grupos empresariais globalmente comprometidos com investimentos de longo prazo em infra-estrutura e cujos países de origem são: Brasil, Bélgica, Espanha, Estados Unidos, França e Portugal.
- A Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica – Apine, que é composta por um conjunto de empresas que possuem implantados mais de 200.000 MW de produção independente, no mundo inteiro. A entidade tem como objetivo básico representar as empresas interessadas na produção independente de energia elétrica junto aos poderes públicos e

instituições nacionais e internacionais, procurando facilitar a consecução da meta - estabelecida pelo Governo Federal - de contar, significativamente, com a parceria da iniciativa privada para a expansão dos sistemas elétricos.

Assim, diante de todo o exposto, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente requerimento e a consequente realização da audiência pública proposta, que consideramos de extrema relevância para o futuro do setor elétrico nacional.

Sala da Comissão, em _____ de _____ de 2006.

Deputado **CARLOS ALBERTO LERÉIA**